



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA 13ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA/PR

Autos nº 5043015-38.2017.4.04.7000

O **Ministério Público Federal** vem à presença de Vossa Excelência expor e requerer o quanto segue.

1. Após a oitiva de João Muniz Leite e o reinterrogatório de GLAUCOS DA COSTAMARQUES, em audiência de 15 de dezembro de 2017, Vossa Excelência determinou ao Ministério Público Federal esclarecer se insiste na realização de perícia sobre os documentos impugnados neste incidente de falsidade e, em caso positivo, esclarecer o objeto e o método da perícia, formular quesitos e, querendo, indicar assistente técnico (item 2 do termo de audiência – evento 60).

2. A Ação Penal n.º 5063130-17.2016.4.04.7000 foi proposta pelo Ministério Público Federal, perante esse d. Juízo Federal, em desfavor de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, ANTONIO PALOCCI FILHO, BRANISLAV KONTIC, MARCELO BAHIA ODEBRECHT, PAULO RICARDO BAQUEIRO DE MELO, DEMERVAL DE SOUZA GUSMÃO FILHO, GLAUCOS DA COSTAMARQUES e ROBERTO TEIXEIRA, em razão de fatos apurados no bojo da Operação Lava Jato¹.

No que é de interesse deste incidente de falsidade documental, destaca-se que, além das demais imputações deduzidas, o Ministério Público Federal denunciou LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, GLAUCOS DA COSTAMARQUES e ROBERTO TEIXEIRA pela prática do

1 A ação penal também foi originalmente proposta em desfavor de Marisa Letícia Lula da Silva, em relação à qual houve extinção da punibilidade, dado o seu falecimento (evento 87 da ação penal).



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

crime de lavagem de dinheiro, em sua forma majorada, por uma vez, conforme previsto no art. 1º c/c o art. 1º § 4º, da Lei n.º 9.613/98, porquanto LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, de modo consciente e voluntário, em concurso e unidade de desígnios com GLAUCOS DA COSTAMARQUES e ROBERTO TEIXEIRA, pelo menos desde 11 de agosto de 2010, dissimularam e ocultaram a origem, a movimentação, a disposição e a propriedade de R\$ 504.000,00 provenientes dos crimes de organização criminosa, cartel, fraude à licitação e corrupção praticados pelos executivos do GRUPO ODEBRECHT, em detrimento da Administração Pública Federal, notadamente da Petrobras, por meio da aquisição, em favor do ex-presidente, do apartamento n. 121 do residencial Hill House, bloco 1, localizado na Avenida Francisco Prestes Maia, n.º 1501, em São Bernardo/SP, assim como pela manutenção em nome de GLAUCOS DA COSTAMARQUES do apartamento adquirido com recursos oriundos dos crimes referidos. Tal importe de R\$ 504.000,00 destinado à aquisição do apartamento n. 121 constituía parte do montante de R\$ 800.000,00 que foi repassado à GLAUCOS DA COSTAMARQUES em razão de ter atuado como interpоста pessoa, concomitantemente, em 2010, na compra do imóvel da rua Dr. Haberbeck Brandão, n. 178, em São Paulo/SP, com recursos ilícitos originados do Grupo Odebrecht, imóvel este destinado à instalação de espaço institucional de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, como igualmente exposto na denúncia.

No que diz respeito a este crime de lavagem de dinheiro referente ao apartamento n. 121, o Ministério Público Federal imputou a simulação do contrato de locação do imóvel, supostamente celebrado entre Marisa Letícia Lula da Silva e GLAUCOS DA COSTAMARQUES, tratando-se o seu instrumento respectivo de documento ideologicamente falso, bem como eram falsas as declarações de imposto de renda de GLAUCOS DA COSTAMARQUES, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e Marisa Letícia Lula da Silva no que registravam o pagamento e o recebimento de aluguel referente ao apartamento n. 121, já que não houve pagamento à guisa de suposta despesa de aluguel para GLAUCOS DA COSTAMARQUES até novembro de 2015, sendo certo que os depósitos em espécie, feitos a partir de dezembro de 2015, em valores correspondentes à suposta despesa com aluguel, foram realizados com o fim de escamotear justamente a ausência de real locação do imóvel em questão.



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

3. O presente incidente foi promovido pelo Ministério Público Federal com vistas à arguição da **falsidade ideológica** dos documentos apresentados pela defesa de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA no evento 1080, ANEXO2, PDF8 a 33, da Ação Penal n.º 5063130-17.2016.4.04.7000, na fase de diligências complementares prevista no artigo 402 do Código de Processo Penal, consistentes em 26 (vinte e seis) recibos relativos ao suposto aluguel do apartamento 121 do edifício *Hill House*, bloco 1, localizado na Avenida Francisco Prestes Maia, n.º 1501, em São Bernardo/SP.

Respondendo a este incidente de falsidade (eventos 6 e 7), a defesa de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA informou que havia encontrado outros 5 (cinco) recibos de aluguel (evento 6, ANEXO2).

Para o fim de instrução deste incidente e com o fito de apurar as circunstâncias em que foram elaborados os recibos dos supostos pagamentos de aluguel apresentados pela defesa de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, o Ministério Público Federal **pugnou pelas diligências declinadas na inicial**, requerendo, por primeiro, fosse determinado à defesa de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA depositar em juízo os documentos originais, tendo sido apresentados os originais daqueles juntados em fase de diligências complementares na ação penal e os que acompanharam a resposta deste incidente de falsidade (evento 14). Após, requereu o arguente que a colheita da prova oral, consistente nas oitivas de GLAUCOS DA COSTAMARQUES e do contador João Muniz Leite, precedesse eventual realização de prova técnica, o que foi deferido por esse d. Juízo.

4. Após a colheita da prova oral, **não mais persiste a postulação de realização de prova pericial** porque os aspectos pontuais atinentes à confecção dos documentos de que se trata, que se pretendia aclarar por prova técnica, **já estão suficientemente elucidados**. Ademais, **todo o acervo probatório patenteia, de forma inequívoca, que os recibos carreados aos autos constituem falsos ideológicos**, já que o que se apôs nesses escritos não corresponde à verdade das declarações ali feitas.

Efetivamente, no curso da instrução do presente incidente, **sobrevieram importantes elementos probatórios**, notadamente as informações fornecidas pelo Hospital



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

Sírio-Libanês (evento 1163 da ação penal), o depoimento prestado pelo contador João Muniz Leite (evento 60), bem assim a identificação dos registros dos contatos telefônicos mantidos entre GLAUCOS e ROBERTO TEIXEIRA durante o período de internação hospitalar daquele, acervo probatório esse que, somado ao quanto declarou GLAUCOS em seu reinterrogatório e demais elementos colhidos no curso da ação penal, desde logo apontados na inicial deste incidente, evidenciam, de forma cabal, que o acusado LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA **fez uso de documentos ideologicamente falsos no curso da ação penal, consistentes em 31 recibos que foram confeccionados única e exclusivamente para dar amparo à falsa relação locatícia do apartamento n. 121.**

Primeiro, de ver que, em seu reinterrogatório, GLAUCOS DA COSTAMARQUES **confirmou, mais uma vez, que não recebeu nenhum pagamento** a título de aluguel pela suposta locação do apartamento n. 121 até novembro de 2015, passando a receber valores compatíveis com o forjada locação, mediante depósitos em espécie não identificados em conta bancária, somente em dezembro de 2015, **reafirmando** que isso ocorreu após visita feita por ROBERTO TEIXEIRA, durante período de internação hospitalar, para lhe dizer que o pagamento dos “aluguéis” começaria a ser feito dali em diante.

Por seu turno, o contador João Muniz Leite **declarou que não tinha conhecimento se ou como os supostos pagamentos de aluguel seriam feitos.**

Novamente se destaca que a afirmação de GLAUCOS DA COSTAMARQUES está em inteira consonância com as conclusões do Laudo de Perícia Criminal Federal n.º 2788/2016², segundo o qual, examinadas as contas bancárias de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e de Marisa Letícia Lula da Silva, **não foram encontrados registros de pagamentos seus para GLAUCOS**, tendo o exame se estendido, inclusive, para as contas bancárias de Instituto Lula e LILS Palestras, consignando o laudo citado que também dessas pessoas jurídicas não partiram pagamentos para GLAUCOS.

João Muniz Leite, ademais, confirmou que **é o contador de ROBERTO TEIXEIRA e suas empresas**, há mais de quatorze anos, bem assim que, a pedido de ROBERTO TEIXEIRA, **elaborou as declarações de imposto de renda de LUIZ INÁCIO e Marisa Letícia** como, aliás, ROBERTO TEIXEIRA já havia reconhecido em seu interrogatório,

2 ANEXO 301 da denúncia.



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

tendo elaborado aquelas dos anos-calendários de 2011 a 2015, sem qualquer remuneração por esses serviços por parte de LUIZ INÁCIO e Marisa Letícia. Ainda, o contador afirmou que, **sem qualquer remuneração, passou a partir de 2011 até 2015 a prestar serviços do imposto de renda de GLAUCOS relativos exclusivamente às declaradas receitas de aluguéis do apartamento n. 121 de São Bernardo com o “controle do carnê-leão”, elaborando as DARF**, sendo esse o trabalho que realizava para a pessoa física de GLAUCOS. Afirmou também que teria ele mesmo *“solicitado a GLAUCOS que deixasse organizar e tomar conta dessa situação dele por conta da responsabilidade em elaborar a declaração de imposto de renda do ex-presidente”*. Quanto a essas, afirmou que também não recebia qualquer pagamento para elaborá-las porque tinha contrato de prestação de serviços com o escritório de ROBERTO TEIXEIRA e entendia que estava englobado naquele. Quanto ao serviço de “controle do carnê-leão” para GLAUCOS, disse que o fez gratuitamente em função da amizade que criou com ele. Disse que **equivocou-se na declaração escrita que firmou e que consta do evento 6, ANEXOS**, quanto a receber periodicamente das mãos de GLAUCOS os recibos relativos a 2011 a 2015, vez que somente recebeu das mãos de GLAUCOS os recibos de 2014 e 2015, o que ocorreu no final do ano de 2015. Quanto aos demais anos de 2011 a 2013, não lhe foram entregues os recibos por GLAUCOS e que na realidade *“recebia a informação para a elaboração dos carnês-leão”*. Os recibos de 2011 e 2012, segundo afirmado pelo contador em seu depoimento, estariam em uma pasta que examinou no escritório de ROBERTO TEIXEIRA por ocasião da elaboração, em 2012 e 2013, do imposto de renda do ex-Presidente relativos aos anos-calendários de 2011 e 2012, sendo que os recibos de 2013 não existiam por ocasião da declaração do imposto de renda em 2014, e teriam sido entregues posteriormente por GLAUCOS, conforme teria confirmado com ROBERTO TEIXEIRA. Quanto aos recibos dos anos de 2014 e 2015, teria recebido em novembro de 2015 uma pasta entregue por GLAUCOS onde identificou recibos faltantes desse período e também recibos já elaborados sem assinatura. Disse que comunicou a ROBERTO TEIXEIRA em 2015 sobre os recibos faltantes e que iria cobrá-los de GLAUCOS. Reconheceu o contador que, em visita feita a GLAUCOS no hospital onde se encontrava internado, levou recibos faltantes de 2014 e 2015 para serem firmados por GLAUCOS, alguns dos quais confeccionados na mesma



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

ocasião no seu escritório, onde foram impressos, e que esses recibos, depois de assinados no hospital, foram entregues a ROBERTO TEIXEIRA.

Por seu turno, GLAUCOS afirmou no reinterrogatório que os recibos de aluguel eram confeccionados, e por ele assinados, para dar falso amparo à locação do apartamento n. 121, que não existia de fato. Disse que, em 2012, às vésperas da declaração de imposto de renda do ano-calendário de 2011, fez todos os recibos referentes a 2011, pois LUIZ INÁCIO e Marisa Letícia iam declarar que pagavam aluguel, embora não pagassem, e ele então precisava declarar que recebia aluguel, embora não recebesse. Afirmou que assim procedia todos os anos. Também confirmou que, durante a sua internação hospitalar no final de 2015, assinou recibos daquele ano e possivelmente de outros, que lhe foram levados pelo contador João Muniz Leite na ocasião. Disse que as despesas relativas ao “carnê-leão”, decorrentes da falsa declaração de recebimento de aluguéis, eram ressarcidas por seu primo José Carlos Bumlai. Indagado se pagava algum valor a João Muniz Leite pelo serviço de cálculo do “carnê-leão”, respondeu que não, *“porque esse serviço ele estava fazendo praticamente para a dona Marisa”*.

A explicação apresentada por João Muniz Leite em depoimento judicial, de que teria ido ao hospital para colher as assinaturas apenas com a finalidade de atender ao seu “rito” pessoal de organização de documentos de seus clientes, **evidenciou-se inteiramente inverossímil**, sendo **clara a falta de urgência no assunto**, se considerada a utilidade desse tipo de documentação ante a gravidade do quadro de saúde de GLAUCOS DA COSTAMARQUES. Em situação regular e para o uso comum de recibos em geral, não é crível a adoção de comportamento que tal.

A anormalidade manifesta dessa desabalada corrida do contador João Muniz Leite ao hospital – que fora antecedida de duas ligações telefônicas de ROBERTO TEIXEIRA para GLAUCOS – para a colheita das assinaturas de GLAUCOS que se encontrava internado, bem patenteia que havia uma especial preocupação no uso que seria feito desses documentos: os envolvidos na ocultação da propriedade do apartamento n. 121 buscavam com urgência a confecção e assinatura dos recibos a dar lastro à inexistente relação locatícia, notadamente diante do contexto em que José Carlos Bumlai acabara de ser preso no âmbito da Operação Lava Jato e, coincidentemente, também se iniciavam as investigações com



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

relação a indícios de ocultação de patrimônio por LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, atinentes ao imóvel localizado no Guarujá, ora objeto da Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, e ao Sítio de Atibaia, ora objeto da Ação Penal n.º 5021365-32.2017.404.7000.

Efetivamente, como pontuado em petição do evento 11, com assento em prova documental, GLAUCOS foi internado em **23/11/2015**, sendo o seu primo José Carlos Bumlai preso em **24/11/2015**, havendo o registro de que, no dia imediatamente seguinte, **25/11/2015**, GLAUCOS recebeu duas ligações telefônicas originadas do escritório de ROBERTO TEIXEIRA, conforme dados obtidos em quebra de sigilo telefônico, vindo em seguida as visitas do contador João Muniz a GLAUCOS no estabelecimento hospitalar, ocorridas nos dias **03/12/2015** e **04/12/2015**, com duração total de quase três horas. Nesse ponto, de acentuar a **reafirmação por GLAUCOS**, em seu reinterrogatório, de que a visita do contador foi antecedida também por uma visita de ROBERTO TEIXEIRA, lhe informando que os pagamentos dos aluguéis começariam a ser feitos dali em diante. Nesse particular, detalhou que a visita ocorreu no quarto em que se encontrava internado, atribuindo a falta de registro de entrada de ROBERTO TEIXEIRA no hospital a deficiências no controle de acesso por aquele estabelecimento em todas as suas recepções, inclusive fornecendo exemplos dessas deficiências em relação a pessoas que o visitaram durante o mesmo período de internação.

De enfatizar que, **logo após a disparada na busca de assinaturas de recibos e as visitas ao hospital, seguiu-se, o primeiro depósito de valor em espécie correspondente ao forjado aluguel**, em conta bancária de GLAUCOS, ocorrido em **dezembro de 2015**. Note-se que também seguiu-se às visitas e telefonemas, o pagamento das despesas de carnê-leão de todos os meses do ano-calendário de 2015, pagos acumuladamente em **09/12/2015**, data em que GLAUCOS permanecia internado, sendo certo que os valores respectivos comprovadamente **não saíram das contas bancárias de GLAUCOS, conforme já pontuado na petição do evento 31**. Nesse passo, rememora-se que **também não haviam saído das contas de GLAUCOS** os pagamentos de diversas competências de 2013 (data de apuração de 06/2013 a 12/2013), como anotado na mesma petição do evento 31. Tal constatação corrobora o quanto afirmado pelo próprio GLAUCOS em reinterrogatório, a respeito de que não suportava efetivamente as despesas de carnê-



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

leão, já que não havia real recebimento de aluguéis. Não por outro motivo, GLAUCOS afirmou que sequer remunerava João Muniz Leite pelos serviços de cálculo do "carnê-leão", já que o interesse atendido nisso era de Marisa Letícia.

5. Ante o exposto, em atenção a todo o conjunto probatório colhido, os aspectos pontuais sobre a confecção dos recibos apresentados pelo acusado LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA que se pretendia analisar por meio da realização de prova técnica foram aclarados, permitindo concluir que GLAUCOS DA COSTAMARQUES firmava recibos ideologicamente falsos em bloco exclusivamente para dar amparo dissimulado à locação do apartamento n. 121, que não existia de fato. Dessa maneira, o Ministério Público Federal deixa de insistir na realização da prova técnica.

Curitiba, 18 de dezembro de 2017.

Deltan Martinazzo Dallagnol
Procurador República

Januário Paludo
Procurador Regional da República

Carlos Fernando dos Santos Lima
Procurador Regional da República

Orlando Martello
Procurador Regional da República

Antônio Carlos Welter
Procurador Regional da República

Isabel Cristina Groba Vieira
Procuradora Regional da República

Laura Gonçalves Tessler
Procuradora da República

Paulo Roberto Galvão de Carvalho
Procurador da República

Athayde Ribeiro Costa
Procurador da República

Julio Noronha
Procurador da República

Jerusa Burmann Vicili
Procuradora da República

Roberson Henrique Pozzobon



MPF

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Paraná

Força-Tarefa

www.prpr.mpf.gov.br

Procurador da República